ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2019.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)
2ª SECRETÁRIA: VEREADORA ANA RITA TAVARES (em exercício)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX MINE, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior. Discutiu a Ata a vereadora Marta Rodrigues, para dizer que o documento registrava a aprovação de alguns projetos que não constavam na Ordem do Dia originalmente pactuada para a Sessão anterior, fato que atribuiu a equívoco. Apontou, nessa situação, as seguintes Proposições: Projetos de Lei n.s 103/19, 10/18, 96/18, 97/18, 81/19 e 104/19; e Projeto de Indicação n. 93/19. Afirmou que esses Projetos não poderiam constar como aprovados. O senhor presidente respondeu esclarecendo que, na Sessão anterior, tinha aberto uma exceção para

que fossem revistos os Projetos a serem votados, tendo havido, a respeito disso, considerável período de tempo com intensa movimentação de edis, especialmente líderes de bancadas, para se reconstruir a pauta. Explicou que essa pauta, assim estabelecida após paciente espera sua pelo trabalho dos pares, era a que constava em suas mãos, após ter sido objeto de acordo entre as bancadas, e sublinhou que, naquela situação, não poria em votação algo fora de acordo. Pela ordem, o vereador Sílvio Humberto secundou a vereadora Marta Rodrigues, e o senhor presidente respondeu-lhe que se tratava de matéria vencida. Em votação, a Ata foi aprovada contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Ana Rita Tavares, Luiz Carlos Suíca, Marta Rodrigues, Marcos Mendes, Sidninho e Sílvio Humberto, havendo esses mesmos vereadores registrado votos contrários ao Projeto de Lei n. 103/19, aprovado na Sessão anterior, e o vereador Marcos Mendes, também contra o Projeto de Indicação n. 93/19. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Mensagem n. 6/19 do Executivo Municipal encaminhando o Projeto de Lei n. 139/19; Substitutivo ao Projeto de Lei n. 51/19 da vereadora Marcelle Moraes; Projetos de Lei n.s 137/19 da vereadora Marcelle Moraes e 138/19 do vereador Toinho Carolino; Projetos de Indicação n.s 284/19 da vereadora Ireuda Silva, 285 e 286/19 da vereadora Marcelle Moraes, 287/19 do vereador Toinho Carolino, 288/19 do vereador Demétrio Oliveira, 289 e 290/19 do vereador Orlando Palhinha e 291/19 do vereador Ricardo Almeida; Requerimento n. 126/19 da vereadora Aladilce Souza; e Moção n. 57/19 do vereador Geraldo Júnior. Terminada a leitura do Expediente, pela ordem, a vereadora Aladilce Souza reafirmou ter havido projetos aprovados fora de acordo. O senhor presidente reiterou as explicações dadas à vereadora Marta Rodrigues, assinalando ter buscado honrar a pauta estabelecida, a qual acabou sucedida por outra, também objeto de consenso. Assinalou ainda que a matéria se tornou vencida, respeitados os votos contrários dos edis divergentes quanto à aprovação da Ata. Em comunicação inadiável excepcionalmente concedia, o vereador Hélio Ferreira, saudando os rodoviários presentes, desculpou-se por equívoco sobre a

Tribuna Popular a eles referente, a qual aconteceria na semana seguinte. Comentou sobre a situação difícil dos rodoviários, afirmando que uma eventual greve seria de responsabilidade dos empresários. Na **Tribuna Popular**, a senhora Naira Gomes, da Frente em Defesa do Estatuto da Igualdade Racial de Salvador, explicou sobre a composição da Frente, que incluía vereadores e um grupo de estudos. Situou o 13 de Maio como um marco e historiou a vinda de europeus à América, dando início à exploração dos africanos. Afirmou que o racismo foi uma escolha na história brasileira. Lembrou que os negros eram a maioria da população da Cidade e mencionou o fato, confirmando pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), de que essas pessoas são preteridas em oportunidades profissionais apenas por serem negras, o que fazia do racismo um boicote. Disse que havia brancos parceiros e conclamou os brancos desta Casa a se unirem à causa contra o racismo, observando a obrigação de se legislar pela maioria da população da Cidade. Considerou um acinte, e sinal de racismo, a não-votação do Estatuto da Igualdade após tanto tempo de tramitação. O senhor presidente parabenizou o vereador Edvaldo Brito, presidente da Comissão de Legislação Participativa, a qual instalara mecanismo de participação popular neste dia. Convidou os pares para a posse do novo secretário executivo de Relações Institucionais, o ex-vereador Heber Santana, no dia seguinte, às14h. Informou a vacinação contra a gripe, no dia 28. Em comunicação inadiável, o vereador Edvaldo Brito agradeceu ao senhor presidente pelo apoio à efetiva instalação da Comissão de Legislação Participativa. Dando seguimento à Tribuna Popular, o senhor Gilson Jesus Vieira, coordenador geral da Associação Nacional Movimento Trem de Ferro, inicialmente saudou os rodoviários. Discorreu sobre o descaso governamental com as ferrovias. Expôs sobre o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) do Subúrbio, contando que já havia equipamento de qualidade e não-utilizado, e que uma empresa chinesa receberia altos valores pelo novo equipamento. Considerou isso um dano ao erário e pediu audiência pública. Explicou que o equipamento anunciado se tratava, na verdade, de um "VLP", um

monotrilho, com capacidade menor que a de um trem, e apontou as insuficiências que o serviço teria. Concluiu apontando, também, o desemprego a ser gerado. Após consulta e aprovação das lideranças, em razão de não haver inscrição para outro orador, deu seguimento à mesma representação o senhor Joceval Tibúrcio, que também criticou o VLT do Subúrbio, desmentindo argumentos do Governo do Estado para a instalação do modal e defendendo que se atendesse aos anseios da comunidade. Pediu a atenção da Comissão de Planejamento Urbano para que houvesse uma discussão equilibrada e propositiva, e afirmou que a instalação de monotrilho causaria danos irreparáveis ao Subúrbio. O senhor presidente indagou às lideranças se havia acordo para a votação, nesta semana, de projetos de vereadores. O vereador Edvaldo Brito declarou que não havia acordo, mas que concordava com a ideia do senhor presidente de sempre votarem projetos de edis às quartas-feiras. O vereador Paulo Magalhães Júnior secundou o vereador Edvaldo Brito e defendeu que, não havendo acordo, seguissem a Ordem do Dia normal. O senhor presidente disse que, a partir de então, apenas aceitaria acordos subscritos por todos os vereadores. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador Sílvio Humberto parabenizou a senhora Naira Gomes, dizendo que este era um dia de reflexão. Expôs números referentes ao racismo em Salvador, para ilustrar a gravidade do problema. Mencionou o extermínio da juventude negra e rejeitou a ideia de meritocracia, contando que morava próximo à UFBA, a qual era inalcançável para os jovens com os quais convivia. Pediu um minuto de silêncio pelos que tombaram na luta contra o racismo, o que foi cumprido. A vereadora Aladilce Souza mencionou a luta contra o racismo e as desigualdades sofridas pela grande população negra de Salvador. Salientou que se tratava de uma luta por equidade e parabenizou a senhora Naira Gomes, declarando-lhe apoio. Lamentou a deterioração das ferrovias e pediu diálogo sobre a questão. Registrou o Dia das Enfermeiras, em 12 de maio, mencionando as dificuldades e ameaças por que passava a categoria. Em comunicação inadiável, o vereador Ricardo Almeida convidou todos a acompanharem a Comissão de Desenvolvimento

Econômico e Turismo em visita ao novo Centro de Convenções, no dia seguinte, às 15h30, sem prejuízo à Sessão. O senhor presidente parabenizou os responsáveis pelo novo Centro de Convenções e confirmou sua participação na visita. O vereador Teo Senna declarou supressa com o anúncio do VLT após medida desfavorável do Ministério Público (MP). Lembrou a luta de ambientalistas a respeito. Disse que o Governo do Estado mudava um projeto de modo antidemocrático, prejudicando a população do Subúrbio, e pediu reação a respeito. Em comunicação inadiável, a vereadora Lorena Brandão convidou os pares para a entrega de Honraria ao embaixador de Israel no dia seguinte, correspondente à data comemorativa da Independência do Estado de Israel. A vereadora Marta Rodrigues elogiou a fala da senhora Naira Gomes e mencionou audiência pública sobre o Estatuto da Igualdade Racial, observando a longa duração do correspondente Projeto na Casa e concordando sobre haver racismo nessa situação. Sobre o 13 de Maio, afirmou ter sido ilusória a Abolição, uma vez que os ex-escravizados não tinham para onde ir após o fim da escravidão, o que trazia consequências até a atualidade. Foi votada e aprovada a Moção n. 57/19, de pesar pelo falecimento do professor e advogado Adroaldo Leão. O vereador Marcos Mendes afirmou que "forças ocultas" ainda rondavam a CMS, com influências do Executivo. Contou ter visitado a Avenida 29 de Março, que, após canalização, a qual criticou, sofreu alagamentos com as chuvas. Parabenizou a senhora Naira Gomes e endossou a ideia de que não houve Abolição, pois o racismo persistia, e de variadas formas. Disse que a população não queria o VLT, o que ficara claro em audiência pública. Sobre o convite da vereadora Lorena Brandão, afirmou que Israel tinha política beligerante e excludente contra o povo árabe e repudiou que o embaixador daquele país recebesse Honraria da Casa. No **Pinga-Fogo**, o vereador Moisés Rocha saudou os rodoviários, prestando-lhes apoio. Criticou o ministro da Educação, afirmando que, em razão das muitas reações contrárias aos cortes no Ensino Superior, ele tentava confundir a população sobre a medida, manipulando números para fazer parecer que o montante dos cortes seria menor.

Afirmou que o Governo Federal nada fazia e lembrou a goleada da Seleção alemã sobre a brasileira na Copa de 2014, dizendo que a Alemanha promovia outra goleada através de grandes investimentos na educação daquele país. O vereador Orlando Palhinha afirmou que o povo do Subúrbio não aceitaria o monotrilho e que a Comissão de Transporte tinha a obrigação de promover audiência pública a respeito, com a participação do Governo do Estado. Contou ter discutido com o prefeito sobre o Projeto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cuja importância ressaltou, quanto à população carente que não possuía condições de arcar com o enterro de seus entes queridos. Declarou discordar dos cortes nas universidades federais, afirmando que os Governos do PT também fizeram cortes na Educação. O vereador Luiz Carlos Suíca afirmou que a Abolição aconteceu por pressões econômicas da Inglaterra e que, por isso, os negros se mantinham em más condições socioeconômicas e o racismo prosseguia. Disse que se via o racismo como algo pontual e não, na dimensão estrutural que tinha. Rejeitou a referência aos cortes na Educação dos Governos do PT, explicando que foram circunstanciais e lembrando os grandes incrementos no Ensino Superior realizados por esses Governos. Rejeitou declaração do prefeito sobre a universidade pública ser frequentada pelos mais ricos. O vereador Kiki Bispo pediu um debate sobre a universidade sem viés ideológico e em função dos estudantes, e não apenas com relação à UFBA, instituição que enalteceu. Declarou-se contrário aos cortes do Governo Bolsonaro e afirmou que o Governo do Estado não investia no Ensino Superior. O vereador Sidninho contou sobre audiência pública a respeito do piso salarial dos agentes de endemias, informando que esse piso ainda não era recebido pelos profissionais. Considerou improbidade administrativa o fato de a Prefeitura receber recursos federais para a implementação do piso e não o fazer. Criticou os transportes municipais, mencionando a iminente greve dos rodoviários. O vereador Edvaldo Brito se associou à Moção de pesar aprovada, contando que Adroaldo Leão tinha sido um destacado aluno seu. Informou que, como procurador parlamentar, emitiu Parecer

contrário ao Projeto do *Built to Suit* à Comissão de Transporte. Criticou o Projeto, expondo o livro Contratos, do jurista Orlando Gomes, do qual era o atualizador, e afirmando que o Projeto desatendia a ditames jurídicos sobre contratos e a licitações. Afirmou a discricionariedade jurídica da Casa quando o Executivo atua por critérios da União. Sobre projetos de procedimento abreviado, explicou que, pelo Regimento Interno do Congresso Nacional, eles seguiam à Mesa para juízo de admissibilidade, e os projetos de parlamentares tinham a mesma condição desses projetos. Mencionou decisão do Supremo (STF) referente à separação dos poderes e disse que não seria favorável a projetos em desacordo com esse e outros ditames, vindo a rejeitar projetos do Executivo que não respeitassem a CMS. O senhor presidente declarou apoio ao vereador Edvaldo Brito. Explicou ter encomendado Pareceres da Diretoria Legislativa e da Procuradoria parlamentar sobre o Projeto do *Built to Suit*, que tramitava na Comissão de Transporte, sobre a possibilidade de retorno do Projeto, em razão de ter observado impertinência temática com aquela Comissão. Explicou ainda que já recebera a concordância do presidente da Comissão, vereador Hélio Ferreira, mas lhe faria nova consulta em Plenário. O vereador Hélio Ferreira ratificou a concordância já manifestada. O senhor presidente determinou o registro, nos Anais, das duas peças instrutórias e opinativas, com seus votos consignados, para que a matéria estivesse apta a seguir à Ordem do Dia no dia seguinte. Afirmou a necessidade de retificação do Regimento Interno (RI) da CMS quanto à noção de "serviços municipais" referentes à Comissão de Transporte, sobre o quê, apresentou sugestões. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior indagou sobre a produção de emendas ao Projeto do *Built to Suit*, e o senhor presidente afirmou que seriam entregues em Plenário, desde que subscritas pelos líderes das bancadas e independentes. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito opinou que não houvesse tantos serviços na órbita da Comissão de Transporte, lembrando conceituações doutrinárias sobre competência administrativa. Destacou sua defesa da CMS e da Constituição, rejeitando que o Executivo ditasse a pauta na Casa. O senhor presidente declarou-

lhe apoio e agradeceu a postura do vereador Hélio Ferreira. Nas **Representações Partidárias**, a vereadora Lorena Brandão, em resposta a comentário do vereador Marcos Mendes, contou que conhecia Jerusalém, onde havia atestado o carinho dos israelenses aos árabes. Afirmou que o exército israelense era estritamente para a defesa e citou fala de rabino sobre a paz e a vida, baseada na incerteza sobre se estar com os filhos no dia seguinte. Disse que crianças árabes eram obrigadas, por grupos terroristas, a pegar em armas e pediu respeito ao povo de Israel. O vereador Odiosvaldo Vigas pediu a inserção, nos Anais, de artigo do professor Gildeci de Oliveira Leite intitulado Somos Todos pelas Universidades Públicas Baianas, Brasileiras. Explicou que o autor contestava a ideia de que não se compreendia o papel da universidade pública e afirmava que era a compreensão da importância das ciências humanas que levava à ação de se cortarem verbas. A vereadora Marta Rodrigues pediu reflexão sobre o que acontecia em Israel, que voltava a bombardear a população civil em Gaza. Historiou a criação do Estado israelense, apontando prejuízos e agressões aos palestinos, e lembrou que o Estado brasileiro era laico, expondo princípios constitucionais como a não-intervenção e a solução pacífica dos conflitos. Em aparte, o vereador Moisés Rocha comentou sobre o modo como alguns falavam sobre o amor, citando palavras de Jesus Cristo e afirmando que faltava o amor por ele pregado. A oradora afirmou que a Sessão na Casa pela fundação de Israel não atendia ao interesse público e sim, ao interesse de algumas igrejas e defendeu que a CMS seguisse o caminho da paz. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: registro do vereador Odiosvaldo Vigas.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO